



13^º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIO FORENSE.

NÚCLEO REGIONAL DE IMPERATRIZ



NOME DO (A) CANDIDATO (A):	
RG E CPF:	
E-MAIL E/OU TELEFONE:	

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

Você está recebendo do fiscal da sala este caderno contendo o enunciado de 30 questões objetivas, com alternativas de A a D, destinado à transição dos textos definitivos das respostas.

Ao receber o caderno de textos definitivos você deve:

- Escrever seu nome e número do documento de identidade na capa em **letra de forma**;
- Comunicar imediatamente ao fiscal da sala qualquer erro encontrado no material recebido;
- Ler atentamente as instruções de preenchimento do caderno de textos definitivos;
- Utilizar caneta azul ou preta;

Durante a aplicação da prova **não** será permitido:

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
- Portar aparelhos eletrônicos

Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro dos candidatos.

O tempo disponível para esta prova será de 4 (quatro) horas, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.

Para fins de avaliação, será levada em consideração apenas a resposta constante do caderno de textos definitivo.

Quando terminar sua prova, entregue o caderno de texto definitivo devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala.

SEJAM BEM-VINDOS A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.
BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. Assinale a alternativa correta:

A) Para a incidência da pensão alimentícia sobre o décimo terceiro salário exige-se previsão expressa no acordo ou na sentença, diferentemente da incidência sobre o terço constitucional de férias, conhecido também por gratificação de férias, que decorre da lei.

B) A necessidade de previsão expressa no acordo ou sentença para a incidência da pensão alimentícia sobre o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias, segundo a jurisprudência majoritária no Superior Tribunal de Justiça, justifica-se em razão de ser vedado impor uma obrigação sem título.

C) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou no sentido da incidência da pensão alimentícia sobre o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias, independentemente de previsão expressa no título de alimentos.

D) A jurisprudência não possui um entendimento consolidado ainda sobre a incidência da pensão alimentícia sobre o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias, de modo que o Superior Tribunal de Justiça tem afastado a incidência da prisão civil do executado sobre esses valores em razão da incerteza jurídica.

2. Sobre a possibilidade de alteração do registro civil para mudança do sexo civil (de masculino para feminino ou o oposto) de transexual que não se submeteu a cirurgia de redesignação genital, assinale a alternativa incorreta:

A) O chamado sexo jurídico (aquele constante no registro civil de nascimento, atribuído, na primeira infância, com base no aspecto morfológico, gonádico ou cromossômico) não pode se sobrepor ao

aspecto psicossocial defluente da identidade de gênero autodefinido por cada indivíduo, o qual, tendo em vista a ratio essendi dos registros públicos, é o critério que deve, na hipótese, reger as relações do indivíduo perante a sociedade.

B) O princípio da imutabilidade do nome, conquanto de ordem pública, pode ser mitigado quando expor a pessoa ao constrangimento público, no entanto, a anotação do gênero (masculino ou feminino) tem finalidade social maior, a exemplo de nortear políticas públicas específicas, definir os acessos a serviços de saúde e estabelecimentos prisionais específicos de acordo com o gênero, de modo que a despeito de sua definição pessoal, que pode, inclusive, alternar-se ao longo da vida, não se pode alterar os registros públicos quanto ao gênero, em especial quando a pessoa transexual sequer se submeteu à cirurgia de redesignação genital para que se possa ter certeza a que gênero deva ser enquadrada.

C) Em se tratando de pessoas transexuais, a mera alteração do prenome é insuficiente, além de descurar da imperiosa exigência de concretização do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que traduz a máxima antiutilitarista segundo a qual cada ser humano deve ser compreendido como um fim em si mesmo e não como um meio para a realização de finalidades alheias ou de metas coletivas.

D) Sendo possível a mudança do prenome, inclusive de gênero (nome masculino para nome feminino ou vice-versa), igualmente deve ser possível a mudança de gênero constante no registro civil a fim de evitar uma incongruência entre os dados assentados e a identidade de gênero da pessoa, independente do interesse em submeter-se à cirurgia de redesignação genital.

3. Assinale a correta:

I - O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as taxas de manutenção criadas por associações de moradores obrigam a todos os moradores, desde que os valores sejam revertidos em prol de todos e que os valores sejam módicos e aprovados por, no mínimo, 2/3 dos moradores.

II - Os bens públicos de uso comum do povo, dominicais e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

III - Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça as taxas de manutenção criadas por associações de moradores não obrigam os não associados ou que a elas não anuíram.

IV - A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

- A) as assertivas I e IV estão corretas;
- B) as assertivas II e III estão corretas;
- C) as assertivas I e II estão corretas;
- D) as assertivas III e IV estão corretas;

4. José convive com Joana há quatro anos em união estável. Para ajudar sua ex-namorada, Sandra, a quem nutre ainda um sentimento íntimo e forte, José resolveu ser seu fiador. Sandra abandonou o imóvel sem pagar as prestações do imóvel. Joana soube que José havia prestado fiança sem sua anuência somente agora, quando o Oficial de Justiça veio a penhorar o único carro de que dispõem os conviventes para atender suas necessidades de transporte, comprado em 2017. Nesse caso:

- A) É válido o contrato de fiança firmado por José, mesmo sem a outorga uxória de Joana.
- B) É anulável a fiança prestada por José sem a outorga uxória de Joana, desde que o vício

seja alegado no prazo de quatro anos contados a partir da realização do contrato.

C) Não se admite a penhora do único e indivisível veículo, porque recairia sobre bem de terceiro que não consentiu com o contrato de fiança, sendo, em razão disso, nula a fiança, salvo se existirem outros bens que assegurem a dívida.

D) É nula a fiança prestada por José sem a outorga uxória da Joana, desde que Joana comprove o desconhecimento do durante o tempo de vigência do contrato.

5. Assinale a afirmativa verdadeira sobre os alimentos gravídicos:

A) Dependem de prova da paternidade para a aferição da legitimidade passiva do devedor dos alimentos.

B) Deve ser fixado diante de mero indício de gravidez.

C) Devem ser automaticamente convertidos em pensão alimentícia em favor do recém-nascido, independentemente de pedido expresso ou de pronunciamento judicial.

D) Geram efeitos imediatamente a partir da data em que foram fixados.

6. Fernando recebeu por comodato a posse de uma casa. Entretanto, Flávio, proprietário do imóvel, após alguns meses, notificou extrajudicialmente Fernando para que lhe devolvesse o bem. Caso Fernando recuse a restituição, em afronta à boa-fé objetiva e à proteção da confiança legítima, estar-se-á diante da:

A) legítima defesa da posse, tornando-a em posse de má-fé.

B) interversão da posse, tornando-a em posse injusta em razão da violência.

C) interversão da posse, tornando-a em posse injusta em razão da clandestinidade.

D) interversão da posse, tornando-a em posse injusta em razão da precariedade.

7. De acordo com o estabelecido no CPC, o pronunciamento do magistrado que na justiça comum, em primeiro grau, revoga deferimento de gratuidade de justiça será:

- A) irrecorrível.
- B) recorrível por agravo de instrumento em qualquer hipótese.
- C) recorrível por apelação em qualquer hipótese.
- D) recorrível, em regra, por agravo de instrumento, ressalvada a interposição de apelação quando a questão for resolvida na sentença.

8. Segundo as normas e princípios contidos na Constituição Federal e no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. A instauração do processo depende de provocação das partes e seu desenvolvimento se dá por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

II. Em razão do princípio dispositivo, o juiz não pode, de ofício, determinar a produção de provas.

III. O descumprimento das normas reguladoras da competência resulta em violação ao princípio do juiz natural.

IV. Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o juiz pode decidir por critérios de equidade.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

9. Quanto aos prazos no processo civil, assinale a alternativa correta:

A) a parte pode renunciar àqueles estabelecidos exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

B) quando contados em dias, estabelecidos legal ou judicialmente, computar-se-ão os dias corridos.

C) se processuais, interrompem-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

D) será considerado intempestivo o ato praticado antes de seu termo inicial, por ainda não existir, processualmente.

10. Acerca dos princípios constitucionais do processo civil, assinale o item correto:

A) A cooperação entre as partes não é necessária para assegurar uma razoável duração do processo, uma vez que cada uma delas tem seus próprios interesses na demanda;

B) O princípio do contraditório, por constituir garantia aplicável em situações específicas, não vincula a decisão do juiz, visto que, em geral, este deve decidir sem a oitiva das partes.

C) O devido processo legal é uma garantia contra eventual uso abusivo de poder, de modo a assegurar provimento jurisdicional em consonância com a Constituição Federal de 1988.

D) a lei apenas poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando o interesse social o exigir.

11. Assinale a alternativa pertinente à modalidade de intervenção de terceiros classificada como forçada e somente concretizável pela iniciativa de quem ocupe o polo passivo da relação processual:

- A) assistência;
- B) oposição;
- C) denunciação da lide;
- D) chamamento ao processo.

12. Rodolfo ajuizou ação contra Felipe, versando o litígio sobre direito indisponível. Devidamente citado, o réu não ofereceu

contestação no prazo legal, tornando-se revel. Nesse caso, à revelia:

- A) Impõe que o pedido seja julgado procedente.
- B) Não enseja a presunção da veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.
- C) Apenas torna precluso o direito de produzir provas.
- D) Impede o réu de intervir no processo, salvo na fase de cumprimento de sentença.

13. Sobre a Defensoria Pública no CPC/2015, assinale a alternativa FALSA:

- A) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei;
- B) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, salvo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para tal Instituição.
- C) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada;
- D) A Defensoria Pública será intimada para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na [Constituição Federal](#) e nos processos que envolvam interesse de incapaz.

14. Assinale a alternativa incorreta:

- A) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado está relacionado ao número de majorantes.
- B) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- C) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

D) Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

15. Assinale a incorreta:

- A) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006) configura-se com a prova da transposição de fronteiras.
- B) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- C) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.
- D) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

16. Assinale a correta:

- A) A desobediência a ordem de parada dada por agentes de trânsito ou por policiais no exercício de atividades relacionadas ao trânsito não constitui crime de desobediência.
- B) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- C) Quando a permanência ou a continuidade do crime abranger duas leis subsequentes aplica-se a mais favorável ao réu;
- D) A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.

17. Em relação às contravenções penais é incorreto afirmar:

- A) A prática de crime, depois de condenação prévia transitada em julgado por contravenção penal, não enseja reincidência.
- B) As contravenções penais não são punidas com reclusão, nem com detenção.
- C) A prática de contravenção penal é punível apenas na modalidade consumada, não se punindo a modalidade tentada.
- D) A prática de contravenção, depois de condenação prévia transitada em julgado por crime, não enseja reincidência.

18. Qual a consequência jurídica do erro de tipo permissivo (erro sobre a discriminante putativa) plenamente justificado pelas circunstâncias?

- A) Exclui a culpabilidade.
- B) Reduz a pena de 1/6 a 1/3.
- C) Exclui o dolo, mas permite punição por culpa.
- D) Permite a punição por crime culposos, sem exclusão do dolo.

19. De acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- A) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação;
- B) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação;
- C) Há crime de tentativa de latrocínio, quando o homicídio se consuma, mas o agente não consegue, por razões alheias à sua vontade, realizar a subtração de bens da vítima;
- D) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

20. Assinale a alternativa correta:

- A) A videoconferência não pode ser utilizada sob os fundamentos de economicidade, praticidade e zelo pelo dinheiro público em locais servidos pelos aparelhos de videoconferência a fim de minimizar os custos com a escolta de presos e garantir maior celeridade processual.
- B) A progressão de regime é direito do preso, mas o livramento condicional, a comutação e o indulto são consideradas benesses ou favor Estatal, tendo, por isso, o juiz discricionariedade para conceder ou não, conforme um juízo sensível sobre o merecimento e a oportunidade.
- C) A primeira fase do processo é inquisitiva, sendo ato privativo do Delegado de Polícia, por outro lado, a fase processual é contraditória, onde serão revolidas todas as provas produzidas anteriormente, exceto as que pela sua natureza forem irrepetíveis, por isso, o processo penal tem natureza mista.
- D) O Juiz pode decretar a prisão preventiva de ofício se estiverem presentes indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, tendo por fundamento a garantia da ordem pública, a garantia da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

21. Assinale a alternativa incorreta:

- A) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B) A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- C) Durante o inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade policial.

D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

22. Assinale a correta:

A) Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas.

B) Se durante o curso do processo se verificar que o réu desenvolveu uma doença mental incapacitante da compreensão do processo ou do caráter ilícito da conduta apurada, o processo prosseguirá somente com a presença do curador nomeado, então, pelo Juiz.

C) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, for possível concluir que a prova derivada seria igualmente descoberta por uma fonte independente e hígida ou quando não evidenciado o nexo de causalidade entre a prova ilícita e as demais.

D) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo, porém, a confissão do acusado.

23. Dentre as hipóteses que a lei autoriza a substituição da prisão preventiva pela domiciliar não se encontra a de:

A) pessoa maior de 60 (sessenta) anos;

B) pessoa imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

C) mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

D) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

24. Assinale a correta:

A) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do

prazo prescricional, devendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e decretar prisão preventiva.

B) Ficará suspenso o processo do réu que citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, podendo o juiz decretar a prisão preventiva do acusado.

C) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

D) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou queixa.

25. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

A) a soberania e a cidadania;

B) a dignidade da pessoa humana e a erradicação da pobreza;

C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

26. A Constituição Federal reconhece a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

A) a amplitude de defesa, na forma da lei;

B) o sigilo das votações, exceto para as partes;

C) a soberania dos veredictos, ou seja, a impossibilidade de revisão da sentença proferida pelo Tribunal do Júri;

D) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que poderá ser ampliada;

27. Sebastião foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição, o instrumento de controle judicial passível de utilização seria o:

- A) Mandado de Segurança
- B) Habeas Corpus
- C) Mandado de Injunção
- D) Habeas Data

28. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela poderá penetrar

- A) sem o consentimento do proprietário, salvo, entre outros casos, por determinação judicial, em qualquer período do dia ou da noite.
- B) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, na hipótese de flagrante delito.
- C) com ou sem o consentimento do morador, havendo sempre necessidade de autorização do proprietário.
- D) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, acompanhado do Delegado de Polícia.

29. A Constituição Federal, no que diz respeito aos Direitos e Garantias Fundamentais, disciplina que:

- A) a prática do racismo constitui crime afiançável e imprescritível, sujeito a pena de detenção e outras nos termos da lei.
- B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos.
- C) ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- D) são gratuitas para todos os cidadãos as ações de mandado de segurança e de mandado de injunção e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

30. Considerando a Defensoria Pública na Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Tendo em vista que a carreira de Defensor Público deriva historicamente da advocacia privada, então o regime ético do Defensor Público é governado pelo Código de Ética dos Advogados.
- B) O ordenamento jurídico vigente prevê a Defensoria Pública municipal, porque a organização político-administrativa constitucional prevê a existência de municípios enquanto entes autônomos da Federação.
- C) Em vista da autonomia administrativa é possível concluir-se pela incidência flexibilizada do princípio da legalidade no âmbito da Defensoria Pública.
- D) A Defensoria Pública na Constituição Federal, ao tratar das funções essenciais à justiça, prevê em Seções separadas a advocacia e Defensoria Pública.

